



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de João Lisboa

PARECER EM CONJUNTO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO FINAL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DAS DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES, EXCETO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS, AO PROJETO DE LEI Nº 010/2021, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, COM OU SEM GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

De autoria do Executivo Municipal, o projeto “dispõe sobre contratação de operação de crédito junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com ou sem garantia da União, até o valor de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), no âmbito do programa de financiamento FINISA e dá outras providências”.

Justifica-se a proposição em tela porque esta possibilitará que o Município contrate operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal S.A, possibilitando investimentos e modernização da infraestrutura do município em diversas áreas.

Ademais, é notório que a arrecadação atual restringe a capacidade municipal de investimentos em áreas primordiais para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Sobre os aspectos estritamente formais da proposição em tela, tem-se que é da competência do Executivo legislar acerca de matéria de interesse eminentemente local conforme o art. 30, I da Carta Federativa e art. 10, I, da LOM.

Também de acordo com o art. 34, III, da LOM, compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, e, especialmente, deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamentos.

Cabe ressaltar, outrossim, que os créditos adicionais, uma vez aprovados, incorporam-se ao orçamento do exercício (Art. 45 da Lei Nacional N.º 4.320. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários).

Verifica-se que a proposição encontra fundamento jurídico no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. No no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Outrossim, por fim, é salutar a necessidade de observância ao parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar 101 de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe que: “os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de João Lisboa

Entendemos que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Diante do exposto, não se vislumbra óbice ao pretendido, uma vez que a contratação de operação de crédito é de responsabilidade do Executivo Municipal, cabendo a este responder perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Maranhão por eventual excesso. Portanto, visto que o presente projeto de lei atende aos pressupostos legais, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser aprovado até o presente momento.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

As Comissões acima, presentes seus membros, emitem parecer FAVORÁVEL à proposta/matéria.

SALA DAS SESSÕES, 27 de setembro de 2021.

Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Indústria e Comércio:

Relator: João Luís Nogueira Chaves

Presidente: Elmo Vieira Linhares

Membro: João Lopes de Sousa Filho

Comissão de Obras, Serviços Públicos e Agricultura:

Relator: Paulo Henrique Sampaio Silva

Presidente: João Lopes de Sousa Filho

Membro: João Luís Nogueira Chaves

Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Esporte:

Relator: Evaldo Carvalho da Silva

Presidente: Francisco Taylon Sousa Carvalho Freitas

Membro: Francimar Carvalho Santos

APROVADO
EM 30/09/21
Francimar Carvalho Santos
PRESIDENTE

Rua 1º de Maio S/Nº, Centro, CEP: 65.922-000, João Lisboa - MA

motivo pelo qual emitiram parecer favorável ao referido projeto de lei. O presidente da Comissão agradeceu a presença dos pares e encerrou a reunião.

Fabiana Santiago Sousa
Valdineu Melhomem Mota Batista

Reunião da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Cultura, realizada na Câmara Municipal de João Lisboa, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e quinze minutos, sob a presidência do presidente da Comissão João Lopes de Sousa Filho, para tratar sobre o projeto de lei número zero zero seis barra dois mil e vinte e um de autoria do poder legislativo, que institui o Programa Empreende João Lisboa de Qualificação do microempresendedor de Baixa Renda. Após a leitura integral do projeto de lei acima citado, os membros da Comissão João Lopes de Sousa Filho, Paulo Henrique Sampaio Silva e João Luis Nogueira Chaves, analisaram e não encontraram nenhum impedimento e emitiram parecer favorável para a aprovação do projeto de lei mencionado. Finalizando a reunião o presidente da Comissão agradeceu a presença dos demais membros e encerrou a reunião.

João Lopes de Sousa Filho

João Luis Nogueira Chaves

Paulo Henrique Sampaio Silva PH

Reunião da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Cultura, realizada na Câmara Municipal de João Lisboa, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e cinquenta e seis minutos, sob a presidência do presidente da Comissão João Lopes de Sousa Filho, para tratar sobre o projeto de lei número zero dez barra dois mil e vinte

e um de autoria do executivo municipal, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal CEF, com ou sem garantias da União e dá outras providências. Em seguida os membros da Comissão Paulo Henrique Sampaio Silva, João Lopes de Sousa Filho e João Luis Nequeira Chaves fizeram a leitura integral do projeto de lei, analisaram o mesmo e por nenhuma irregularidade emitiram parecer favorável ao referido projeto. Finalizando a reunião o presidente da Comissão agradeceu a presença dos demais membros.

João Luis Nequeira Chaves

João Lopes de Sousa Filho

Paulo Henrique Sampaio Silva PH